



PROFIAP MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

PROFIAP – MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nivaldo Silva do Rêgo Júnior

TRANSPARÊNCIA ATIVA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Sousa

2022

Nivaldo Silva do Rêgo Júnior

TRANSPARÊNCIA ATIVA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública pela Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Dr. Antonio Firmino da Silva Neto

Sousa - PB

2022

RESUMO

Este estudo tem o intuito de verificar o nível de transparência ativa de 63 universidades federais brasileiras, a partir das informações disponibilizadas de forma ativa nos *websites* destas instituições. Para isto foi construído um Índice de Transparência da Gestão Pública Universitária (ITGP-Univers), que tem como base o Guia de Transparência Ativa (GTA) para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, produzido pela Controladoria Geral da União (CGU), e outros estudos que abordam a transparência na gestão pública. A presente pesquisa é considerada exploratória e documental com abordagem quantitativa, utilizando métodos estatísticos, no qual foi elaborado um ranking destas entidades de ensino superior com base no ITGP-Univers alcançados por elas. Justifica-se o estudo pelo fato de possibilitar a identificação do nível de aderência dos *sites* destas instituições as leis e normas brasileiras que atualmente regem sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações.

Palavras-chave: Transparência ativa, Portais eletrônicos, Gestão pública, Universidades.

ABSTRACT

This study aims to verify the level of active transparency of 63 Brazilian federal universities, based on the information actively made available on the websites of these institutions. For this purpose, a University Public Management Transparency Index (ITGP-Univers) was built, based on the Active Transparency Guide (GTA) for bodies and entities of the Federal Executive Branch, produced by the Comptroller General of the Union (CGU), and other studies that address transparency in public management. The present research is considered exploratory and documentary with a quantitative approach, using statistical methods, in which a ranking of these higher education institutions was prepared based on the ITGP-Univers achieved by them. The study is justified by the fact that it makes it possible to identify the level of adherence of the sites of these institutions to the Brazilian laws and regulations that currently govern the mandatory disclosure of information.

Keywords: Active transparency, Electronic portals, Public management, Universities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Informações Constantes do ITGP-Univers.....	25
Quadro 02 - Indicador de Nível de Transparência.....	26
Quadro 03 - Ranking geral das Universidades.....	38
Quadro 04 - Ranking da Região Norte.....	42
Quadro 05 - Ranking da Região Nordeste.....	42
Quadro 06 - Ranking da Região Sudeste.....	43
Quadro 07 - Ranking da Região Sul.....	43
Quadro 08 - Ranking da Região Centro-Oeste.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Peso e proporções de grupo de informações do ITGP-Univers.....	29
Tabela 02 - Percentual de divulgação por categoria.....	30
Tabela 03 - Institucional.....	31
Tabela 04 - Programas e Projetos.....	32
Tabela 05 - Participação Social.....	32
Tabela 06 - Auditorias.....	33
Tabela 07 - Convênios e Transferências.....	33
Tabela 08 - Receitas e Despesas.....	34
Tabela 09 - Licitações e Contratos.....	34
Tabela 10 - Servidores.....	35
Tabela 11 - Informações Classificadas.....	35
Tabela 12 - Serviço de Informação ao Cidadão.....	36
Tabela 13 - Perguntas Frequentes.....	36
Tabela 14 - Dados Abertos.....	37
Tabela 15 - Estatística descritiva dos dados coletados.....	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de Transparência Média por Regiões.....	41
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU	Controladoria Geral da União
CRMI	Comissão Mista de Reavaliação de Informações
CTPCC	Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção
DIV.	divulgação
e-gov	governo eletrônico
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GTA	Guia de Transparência Ativa
IFE	Institutos Federais de Ensino
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
ITGPM	Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal
ITGP-Univers	Índice de Transparência da Gestão Pública Universitária
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NTP	Nível de Transparência Pública
PDA	Plano de Dados Abertos
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
UF	Universidade Federal
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16
2.2 ACCOUNTABILITY	18
2.3 TRANSPARÊNCIA ATIVA.....	20
2.4 ESTUDOS RELACIONADOS.....	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	24
3.2 UNIVERSO.....	24
3.3 COLETA DE DADOS	24
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS	26
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.1 PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO DOS ITENS DO ITGP-UNIVERS.....	29
4.1.1 – Institucional	30
4.1.2 – Programas e Projetos.....	31
4.1.3 – Participação social.....	32
4.1.4 – Auditorias	33
4.1.5 – Convênios e Transferências.....	33
4.1.6 – Receitas e Despesas.....	34
4.1.7 – Licitações e Contratos	34
4.1.8 –Servidores	35
4.1.9 –Informações Classificadas.....	35
4.1.10 – Serviço de Informação ao Cidadão	36
4.1.11 – Perguntas Frequentes	36
4.1.12 – Dados Abertos.....	37
4.2 RANKING DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	37

4.3 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES	40
4.4 TRANSPARÊNCIA ATIVA POR REGIÃO	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A transparência é um dos princípios fundamentais a ser observada pelas entidades do setor público. A informação sob a guarda do Estado é considerada um bem público e sua divulgação, de forma ativa, deve ser de iniciativa da Administração Pública. Com a expansão do uso da internet, ocorreu um considerável aumento potencial da disseminação de informações de interesse público por este meio, contribuindo para que as ações governamentais possam ser cada vez mais monitoradas pela sociedade (OLIVEIRA; FLÔRES; PINTO, 2020). Ou seja, a internet consagrou-se como uma ferramenta de comunicação com potencialidade de disponibilizar informações de forma tempestiva e transparente.

O conceito de transparência no sentido atual surgiu no século XX, no qual o seu termo e o seu sentido político são decorrentes do questionamento do modelo de administração tradicional da época embasado na cultura do segredo (RODRIGUES, 2013). Atualmente, este conceito não pode se limitar às obrigações legais de tornar disponíveis à sociedade determinados tipos de informação, (ANDRADE; RAUPP; PINHO, 2017), devendo ser considerada a obrigação moral de que seja dada publicidade a qualquer informação de interesse dos atores sociais. Assim, contribuindo para o avanço da *accountability*, aperfeiçoamento das políticas públicas e para a formação de uma sociedade esclarecida e comprometida com a coisa pública.

O Estado brasileiro, após várias reformas relativas à administração do setor público, ocorridas na década de 1990, com a intenção de tornar as contas públicas mais transparentes, tem adotado instrumentos de Políticas Públicas de Informação, ferramentas legais para auxiliar na busca por dados mais transparentes. Mecanismos como portais de transparência, divulgação de planos, orçamentos, prestações de contas, participação popular e realização de audiências públicas, adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, entre outros, foram aplicados por meio da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Lei Complementar nº 131/2009, do Decreto nº 7.185/2010 e da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) (GAMA; RODRIGUES, 2016).

Segundo Zorzal e Rodrigues (2015), diferente do que ocorre na iniciativa privada, a evidenciação da informação em instituições públicas não vem se destacando como objeto de estudo, especificamente nas universidades públicas federais, no qual a divulgação da gestão é ainda bastante tímida, apesar da sua relevância social e da aplicação expressivo dos recursos públicos.

Assim, de forma generalizada, a transparência da administração pública ainda se encontra em uma fase inicial em decorrência da divulgação de tais informações ocorrerem em um ambiente político e cultural sinalizado por ideologias e interesses diversos (SILVA, 2009).

A transparência, quando colocada em prática, servirá como ferramenta na gestão pública que poderá ajudar a promover uma administração mais aberta à participação social, contribuindo na transição da cultura do segredo para a cultura de acesso à informação, com disponibilização proativa de dados e informações (ZORZAL; RODRIGUES, 2015).

Neste contexto, para que seja dada ampla divulgação as informações relativas à gestão pública, de forma a atender tanto ao princípio da legalidade quanto ao princípio da moralidade, é importante que a administração pública disponibilize a sociedade de forma espontânea, entre outros assuntos, em seus *websites*:

- a) informações gerais sobre a instituição e seu gestor;
- b) leis, normas e instrumentos de planejamento;
- c) informações orçamentárias, financeiras e relatórios contábeis; e
- d) informações de compras e serviços em fase de aquisição ou adquiridos.

Assim, acredita-se que a divulgação de informações transparentes, tempestivas e relevantes sobre a gestão pública e a destinação dos recursos públicos se configura em um ato de responsabilidade na prestação de contas, o qual a literatura entende com *accountability* (SILVA, 2009).

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Este estudo aborda a questão da transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública e responder ao seguinte questionamento: **Qual o nível de transparência ativa das universidades federais brasileiras, a partir dos seus portais eletrônicos?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo geral

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o nível de transparência ativa das universidades federais brasileiras no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação.

1.2.2 Objetivos específicos

- Determinar as variáveis que constituíram o nível de transparência ativa;
- Explorar os sítios eletrônicos das universidades federais na intenção de buscar informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas;
- Ranquear as universidades com base no nível de transparência;

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se pelo fato de o estudo possibilitar a identificação do nível de aderência dos sítios eletrônicos nas instituições de ensino em relação à atual legislação brasileira referente à disponibilidade das informações por meio eletrônico (transparência ativa). Situação esta que contribui efetivamente para a *accountability* na administração pública.

Outro ponto relevante, não menos importante, é o fato de poder constatar o grau de importância que as universidades dedicam a transparência ativa. Uma vez que sítios eletrônicos com bastante informações relevantes disponíveis contribuem para a diminuição da necessidade de integrantes da sociedade solicitarem diretamente (individualmente) as informações desejadas às instituições (transparência passiva). Evitando a necessidade de alocar servidores para atender tais demandas individualmente. Assim, contribuindo também para a boa gestão da coisa pública.

Também se justifica pelo fato dos estudos realizados desta temática, em sua maioria, serem voltados aos estados e municípios, assim diminuindo a lacuna existente de pesquisas voltadas a transparência nas universidades. Além disto, contribuir para o enriquecimento do

conhecimento dos gestores destas instituições, podendo até servir como base para tomada de decisão.

Para o meio acadêmico justifica-se pelo fato da transparência ativa nas universidades ser um tema de pesquisa ainda pouco explorado. Rodrigues (2013) afirma que o interesse de pesquisadores sobre este assunto começou a partir dos anos 2000 e Silva et al., (2020) fala que ainda há poucas pesquisas sobre o tema.

Para sociedade justifica-se por ocorrer o levantamento de informações referentes ao cumprimento de orientações legais por instituições públicas, contribuindo para que possa ser oferecido no futuro melhores serviços que respondam às necessidades de transparência e prestação de contas aos cidadãos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Etimologicamente, a palavra administração vem do latim ad (direção, tendência para) e minister (subordinação ou obediência), significando “aquele que realiza uma função abaixo do comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro” (CHIAVENATO, 2000, p. 7).

Porém, a de se ressaltar que a palavra administração, ao longo dos tempos, foi sofrendo profunda modificação em seu sentido original, contudo vários dos conceitos elaborados estão em harmonia com outros e até se completam, conforme se observa na expressão de Idalberto Chiavenato:

O significado e o conteúdo da Administração sofreram uma formidável ampliação e aprofundamento através das diferentes teorias [...]. O conteúdo do estudo da Administração varia de acordo com a teoria ou escola considerada. Cada autor da Administração tende a abordar as variáveis e assuntos típicos da orientação teórica de sua escola ou teoria. (CHIAVENATO, 2000, p. 8).

A primeira ideia que temos em mente sobre o que seria administração vem, sem sombra de dúvidas, associada à condução racional de determinada atividade.

Definir Administração no intuito de delimitar todos os seus aspectos e sua abrangência não é tarefa fácil. A seguir, registramos importantes conceitos de renomados estudiosos da administração como uma desafiadora área do conhecimento humano.

A fim de formarmos uma ideia geral, evidenciando os mais variados aspectos possíveis acerca da conceituação de administração pública e, considerando que não há entre

aqueles que se dedicam diariamente à sua prática e/ou ao seu estudo, uma perfeita delimitação daquilo que constitui o âmbito de seu trabalho, é interessante apresentarmos algumas definições elaboradas por diferentes autores, conforme se segue:

[...] Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas [...] (MEIRELLES, 1998, p. 65).

A Administração Pública por meio de um único objetivo, poder-se-ia afirmar que este objetivo seria “o bem comum da coletividade administrada”. De fato, toda a atividade do administrador público deve ser orientada para esse objetivo, caso contrário estaria o administrador traindo o mandato de que está investido, pois a comunidade institui a Administração como meio de atingir o bem-estar social.

Da finalidade da Administração Pública, resulta o Princípio da Finalidade que exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, ficando o administrador impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros.

Os princípios instituem os fundamentos da ação administrativa, ou seja, os sustentáculos da atividade pública. Para Celso Antônio Bandeira de Melo a definição de princípio é:

[...] mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico...” (BANDEIRA DE MELO, 1998, p. 583).

Os princípios norteadores da Administração Pública podem estar expressos em algum instrumento normativo, ou podem se implícitos à natureza, característica ou finalidade da própria Administração Pública.

Na atual Carta Magna, precisamente no art. 37, estão expressos Princípios a que se deve submeter toda a Administração Pública, seja ela direta, indireta ou fundacional.

São os Princípios clássicos do Direito Administrativo: Princípio da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, além do recém introduzido, Princípio da Eficiência.

Tais princípios são de eficácia plena, significando dizer que não dependem de qualquer norma infraconstitucional para que sejam cumpridos.

É importante chamar atenção que tanto os princípios expressos, como os implícitos possuem igualmente atributos vinculantes, imperativos e coercitivos, pois todos são decorrentes de princípios e regras constitucionais explícitas ou do próprio conteúdo da Constituição.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública brasileira, ao longo dos anos, vem sofrendo várias reformas. Nesta trajetória de reformas do Estado pode ser destacado três modelos de administração: patrimonialismo, burocrático e gerencial.

A administração patrimonialista, vivenciada até os anos de 1889, tinha como principal característica o fato de não se distinguir o patrimônio público do privado, no qual o Estado era uma extensão do poder do soberano e os servidores tinham status da nobreza real, sendo a corrupção e o nepotismo algo intrinsecamente ligado a esse tipo de administração (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010).

Já o modelo burocrático weberiano, disseminado nas administrações públicas durante o século XX, tem como características a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. Neste tipo de gestão pública são observados: a separação do que é público e privado, o trabalho remunerado e a distinção de trabalho e vida pessoal. No contexto institucional contemporâneo, este modelo foi duramente criticado e sendo considerado inadequado devido ser tido como moroso, ineficiente, autorreferencial e de não atender efetivamente as necessidades dos cidadãos (SECCHI, 2009).

Por volta dos anos de 1990, o Estado brasileiro deu início a um processo de modernização da administração pública, destacando-se a administração pública gerencial, a qual visava a eficiência da gestão com base na redução de custos e no alcance de resultados no avanço da atividade pública, com foco em uma gestão menos burocrática e mais gerencial (DE PAULA, 2005, KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010).

Klering, Porsse e Guadagnin (2010) argumentam que, nesse contexto, no qual o Estado é desafiado pela expansão de suas funções econômicas e sociais, pela globalização da economia e pelo desenvolvimento tecnológico, o modelo de administração pública gerencial, tomando emprestado conceitos de administração de empresas privadas, aparece como solução ao modelo de administração pública burocrática.

Estes autores também observam como fundamental diferença deste novo modelo de gestão pública a forma de controle, concentrando-se no resultado ao invés de basear-se nos processos, ou seja, concedendo maior autonomia a quem gerencia os recursos públicos e realizando o controle por resultado obtido, valorizando aspectos de transparência, participação da sociedade e responsabilidade social.

Após esta última reforma administrativa, próximo aos anos 2000, é observado uma modificação da relação entre a sociedade e o governo, devido a interatividade do Estado com os cidadãos, decorrente do governo eletrônico (e-gov), que almeja a eficiência e a qualidade da gestão pública, como também o bem estar da sociedade (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005).

Estas reformas do setor público brasileiro cooperaram para aprimorar a capacidade de tomada de decisão política, a descentralização do Estado e a modernização dos recursos humanos. Podendo ser observado o surgimento de uma administração pública mais participativa, integrada em rede e eficiente, proporcionando uma melhora na concessão de serviços à sociedade pela utilização de ferramentas que lidam com celeridade em relação as rápidas mudanças do ambiente, criando respostas qualificadas e eficazes às necessidades da sociedade (SECCHI, 2009; MELATI; MUNIZ, 2020).

Neste novo cenário, é observado a necessidade das ações do governo serem mais transparentes, com o propósito de demonstrar que não existe nada a ser ocultado para sociedade, disponibilizando aos cidadãos informações que os fazem compreender melhor a elaboração de políticas pública e o processo de tomada de decisão dos gestores.

Assim, o fato da administração pública ter se tornado mais transparente contribui para a melhora da relação entre Estado e sociedade, aumentando assim a legitimidade das ações governamentais (GALERA et al., 2014)

Desta forma, não pode ser deixado de observar, no atual modelo de administração pública, a importância da transparência e da *accountability* para que as demandas da sociedade sejam atendidas de forma eficiente e alinhadas realmente com as necessidades dos cidadãos.

Além da transparência contribuir de forma significativa para que ocorra um melhor controle da gestão dos recursos públicos pelos cidadãos, contribuindo para a eficiência e eficácia da administração pública.

2.2 ACCOUNTABILITY

A gestão pública como um todo tem sido caracterizada pelos estudiosos da administração como um processo de tomada de decisão. Completa seu entendimento dizendo que a gestão existe, portanto, em função da necessidade de se tomar decisões.

Para que a gestão ocorra de forma eficaz, faz-se necessária à existência da figura do gestor, o qual pode ser definido como o especialista numa atividade da empresa, e que tem como atribuições básicas àquelas tratadas pelas obras de administração: planejamento, organização, direção e controle.

A gestão não é apenas senso comum nem experiência empírica. É também cultura. A gestão é a atividade de fazer acontecer às coisas, através do esforço organizado dos restantes trabalhadores. É uma ciência com laivos de arte. Mas é uma ciência com regras muito concretas. Assim, a gestão não é só teoria, mas uma função social e econômica. É a perseguição continuada da “performance”. Não é só uma tarefa lógica, mas também o atingir dos objetivos e metas estabelecidos.

A gestão também não é apenas tecnocrata. É mais do que isso. É mais do que a técnica de saber utilizar os recursos humanos, financeiros e equipamentos. Administrativamente, o papel do gestor é otimizar os resultados a partir dos recursos disponíveis. Por outras palavras, o gestor é o técnico capaz de fazer aumentar a produtividade. Um especialista que apenas conhece as técnicas de uma dada atividade, ou a especialização respectiva, não é um gestor.

O gestor tem que se preocupar com a eficácia, o técnico ou o especialista com a eficiência. A atividade do gestor é centrada na capacidade de tomadas de decisões.

Estas apóiam-se em informações adequadas, cuja produção deverá ser suportada por uma organização específica de atividades e funções (...) são os gestores e o ato de gerir que fazem que as instituições tenham “performance”, que concretizem atividades, que marquem o progresso social e econômico.

Ao analisar estudos sobre *accountability* pode ser percebido a dificuldade de traduzir o mencionado termo para o português. Desta forma, constata-se que não existe uma palavra única que expresse o seu completo significado em nossa língua (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Para estes autores, tanto no setor público como no privado, a definição deste termo carrega implicitamente a responsabilização pessoal por ações realizadas e explicitamente a obrigação da prestação de contas destes atos, envolvendo a possibilidade de ônus, ou seja,

penalização aos que não cumprirem suas atribuições corretamente e bônus (premiação) aos que obtiverem êxitos.

Segundo Campus (1990), a *accountability* está ligada diretamente a democracia. Ela argumenta que nas sociedades menos amadurecidas a preocupação com a *accountability* do serviço público é menor, chegando ao ponto dos países menos desenvolvidos não terem tal preocupação e nem sintam falta de uma palavra para traduzi-la.

A mesma entende que este termo se refere a responsabilidade de uma organização ou pessoa diante de outrem, ou seja, responsabilidade objetiva, acarretando em premiação pelo seu devido cumprimento e castigo quando constatado o inverso.

O'Donnell (1998) classifica a *accountability* em vertical e horizontal, ocorrendo distinção entre estas conforme o lugar ocupado pelos envolvidos no processo. O autor entende que a vertical está associada aos atos praticados individualmente e/ou coletivamente ligados aos que, eleitos ou não, ocupam posições em entidades Estatais, sendo considerada uma ação entre desiguais (representantes versus cidadão). Já em relação a horizontal fazem parte as agências estatais que possuem direitos, poderes legais, vontade e competência para efetuar ações de supervisão e sanções legais contra agentes ou instituições do Estado, ocorrendo, neste caso, uma relação entre iguais (O'DONNELL, 1998).

Para Raupp e Pinho (2013) o termo *accountability* reivindica do poder público a disponibilização das informações da gestão dos recursos públicos e de seu desempenho. Ressaltando que a prestação de conta por partes dos gestores públicos não pode restringir-se a atender apenas ao que está previsto na legislação brasileira referente a transparência, responsabilidade fiscal e disponibilização de informações, mas devendo compreender uma análise avançada relativa as informações sobre as contas públicas colocadas à disposição da sociedade.

Devendo os relatórios sobre a gestão pública serem apresentados em conjunto, em um formato simplificado e claro para que possa ser assimilado por toda sociedade (RAUPP; PINHO, 2013).

Muitas vezes, pode ser notado o conflito de interesse entre a sociedade e os governantes. Segundo a teoria da agência, na qual postula-se que nas relações contratuais ocorrem divergências entre principal e agente, devido a possibilidade de uma das partes terem informações privilegiadas (normalmente o agente), surgindo assim à assimetria informacional (ALBUQUERQUE et al., 2007).

Neste contexto, segundo estes autores, a *accountability* aparece como forma de tentar dirimir esta assimetria informacional, uma vez que os agentes tem o dever de prestar contas

de suas ações perante a sociedade, devendo estas informações serem divulgadas da forma mais transparente possível, aproximando o principal e o agente.

Desta forma, a *accountability* é considerada uma importante peça de governança pública, envolvendo responsabilidade por atos e decisões tomadas, normalmente com a finalidade de prevenir abuso de poder e outras condutas inadequadas por parte dos gestores. Podendo ser observado que a prática permanente do controle social e da *accountability* podem contribuir para a melhoria da administração pública, uma vez que proporciona o aumento da confiança entre a sociedade e o Estado (ALBUQUERQUE et al., 2007).

Assim, pode ser ressaltado que a transparência no setor público contribui de forma significativa para o aprimoramento e perspectiva da *accountability*, devido ao fato de poder verificar, através daquele, se as informações estão sendo disponibilizadas tanto aos cidadãos quanto as entidades de controle (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015). Podendo ser observado também que os níveis de desempenho econômico-financeiro e de desempenho socioeconômico tende a ser maiores quanto mais alto for o nível de *accountability* em uma sociedade (SELL et al., 2018).

2.3 TRANSPARÊNCIA ATIVA

A concepção de transparência não pode se limitar a necessidade de atender as obrigações legais referentes a disponibilidade de determinadas informações à sociedade. Ela deve ultrapassar esta fronteira e consagrar-se como uma forma de incentivar o cidadão a participar, cada vez mais, nas questões públicas (ANDRADE; RAUPP; PINHO, 2017). Contribuindo para que ocorra o aperfeiçoamento da qualidade das políticas públicas, o aprimoramento da *accountability* e o surgimento de uma sociedade ativa e bem informada.

Apesar de compreender que o conceito de transparência não deve atender apenas as questões legais, é importante destacar que o tema transparência pública no Brasil adquiriu maior notoriedade após entrar em vigor algumas leis, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), modificando a inter-relação da gestão pública e o cidadão. Estas leis estabeleceram o não sigilo como regra para as informações públicas, determinando a disponibilidade de dados em uma linguagem aberta e sem empecilhos técnicos (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015). Ainda segundo estes autores, é relevante destacar que, considerando a clássica teoria da agência; na qual pode ser observado a existência de um contrato social tácito, em que o principal (cidadão) atribui ao agente

(gestor público) uma tarefa e acompanha sua execução; a transparência é vista como um importante elemento da comunicação entre a gestão pública e a sociedade.

Segundo Cruz et al.,(2012), a transparência deve ser pautada tanto nos fatos presentes quanto nos que já foram praticados pela gestão pública, possibilitando estudos de natureza evolutiva e comparativa sobre os atos dos administradores públicos. Assim, deixando o Estado e a sociedade mais próximos, aumentando o grau de acesso das pessoas as informações sobre a coisa pública.

Os mesmos também afirmam que dar transparência não quer dizer necessariamente ser transparente. Para que seja realmente transparente, as informações disponibilizadas devem ter a capacidade de comunicar o autêntico sentido do que é transmitido, de forma a não dar margem a ser uma pseudo informação.

Com relação a transparência ativo, Ferreira et al. (2014) entendem que ela é a incumbência do setor público de divulgar de forma proativa e espontânea informações de relevância social, criadas ou tuteladas pela gestão pública, em um canto de fácil acesso e via *websites*.

O entendimento deste autor vai ao encontro do que consta na LAI (2011), em seu artigo 8º, referente a transparência ativa, o qual determina que é dever dos órgãos e entidades públicas divulgar, de forma acessível e independente de solicitação, informações de interesse coletivo ou geral confeccionados e protegidos pela administração pública.

A transparência ativa exige dos gestores públicos uma postura proativa e espontânea em divulgar informações tidas como de interesse coletivo. Uma forma que se pode avaliar a transparência ativa é analisar empiricamente se as instituições públicas estão propagando voluntariamente informações previstas na LAI, como: estrutura organizacional; transferências ou repasse de recursos financeiros; registros das despesas; procedimentos licitatórios e contratos firmados; dados sobre programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; respostas a perguntas frequentemente realizadas pela sociedade; e relatórios e dados de forma aberta (FERREIRA et al.,2014).

As instituições públicas de ensino superior também são obrigadas a atender ao que está previsto na LRF e na LAI. A disponibilidade de informações por estas instituições, através dos seus *websites*, é definida como transparência ativa, ou seja, a divulgação de informações de interesse da sociedade sem que ocorra uma solicitação (VIEIRA; PEGORARO; VISENTINI, 2020). Ocorrendo vantagens para o cidadão, ao conseguir informações de forma fácil em local acessível, e para o ente público, pela redução de pedido de informação, gerando economia de recursos e tempo.

O avanço dos meios de comunicação tem contribuído para a mudança de procedimentos de diversos setores da sociedade, inclusive na administração pública. A internet é um destes meios de comunicação que tem contribuído significativamente para que ocorra esta mudança (CRUZ et al, 2012).

A rede mundial de computadores tornou-se uma ferramenta que contribuem para a massiva divulgação de informações, de forma fácil e acessível para todos, contribuindo para que as universidades públicas possam disponibilizar informações de forma ativa, gerando assim transparência ativa, e contribuindo para que ocorra uma maior participação da sociedade no controle social.

Cruz et al. (2012) afirma que uma grande parcela dos órgãos públicos dispões de sítios eletrônicos, oferecendo atualmente vários serviços aos cidadãos por este meio e disponibilizando informações referentes a política, projetos e ações do governo. Sendo esta interação conhecida como governo eletrônico (e-gov), ajudando a administração pública a realizar suas atividades de forma mais integrada com a sociedade, garantindo transparência e efetividade dos atos públicos.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

A pesquisa de Cruz et al.,(2012) buscou verificar o nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos municipais do Brasil e também quais características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência alcançado. Neste estudo o nível de transparência da gestão pública foi constatado a partir de um modelo de investigação denominado Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGPM), elaborado com base na legislação brasileira aplicável, em códigos internacionais de boas práticas de transparência e governança e em estudos anteriores de natureza semelhante destes pesquisadores.

O resultado desta pesquisa apontou para baixos níveis de transparência nos municípios, sendo considerado incompatíveis com o nível de desenvolvimento socioeconômico deles e concluindo que existe associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública.

Rodrigues (2013) buscou identificar a existência de padrões, estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação, nos sítios eletrônicos das universidades públicas federais, criando

indicadores de transparência ativa, com a finalidade de constatar o grau de comprometimento das universidades na implementação da LAI.

Desta forma foi efetuado um levantamento nos *websites* de dez universidades das regiões sudeste e centro oeste. Tendo como resultado a existência de uma desigualdade de desempenho em relação à observância das diretrizes de transparência ativa nestas entidades.

Monteiro (2014) analisou o cumprimento das obrigações referentes à transparência ativa nas universidades federais, com base nas informações disponibilizadas nos sites de 53 instituições de ensino superior brasileiras, tendo como finalidade constatar o nível de transparência destas entidades. O autor conclui que as universidades federais ainda não estão preparadas para serem plenamente transparente, contribuindo para isto a ausência de cultura da informação tanto por parte destas instituições quanto pelos cidadãos.

Andrade, Raupp e Pinho (2017) investigaram a transparência ativa dos sítios eletrônicos das câmaras de municípios brasileiros com população superior a duzentos mil habitantes. Os resultados desta pesquisa contribuíram para um diagnóstico situacional em relação à adequação ou não dos portais eletrônicos à legislação brasileira e também a existência de outros indicadores que aumentem o conceito de transparência. Estes autores concluíram que a transparência ativa ainda não é efetivamente alcançada nas câmaras dos maiores municípios brasileiros, com base nas informações disponibilizadas nos *websites*.

Klein (2018) estudou a relação entre o nível de transparência pública, o desempenho de gestão e o desempenho orçamentário dos Institutos Federais de Ensino (IFE). Para isto, construiu um indicador de Nível de Transparência Pública (NTP) e teve como amostra 63 universidades federais e 41 institutos de educação, ciência e tecnologia. Do resultado foi criado um ranking do nível de transparência das IFE brasileiras, tendo o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) obtido o maior NTP, porém nenhuma das instituições de ensino conseguiu atender totalmente a disponibilização de informações.

A autora também observou, com base em sua pesquisa, que quando aumenta o nível de transparência pública, a quantidade de pedido de informações, recursos e reclamações diminuem; que quanto mais antiga a instituição, menor é o seu nível de transparência; e que há uma tendência da transparência pública reduzir na proporção que o orçamento por matrícula aumenta.

Já Bianchi, R. Machado e N. Machado (2020) analisou o grau de aderência aos requisitos de transparência e acesso à informação nos sítios eletrônicos de empresas estatais localizadas na região sul do Brasil. Deste estudo foi possível evidenciar que as estatais têm um médio grau de aderência, desta forma, não existindo uma plena adesão aos indicadores

analisados, deixando claro a necessidade de uma maior efetividade na fiscalização dos *websites*.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo é classificado, tomando como base a taxionomia apresentada por Vergara (2013), quanto a seus fins, de forma exploratória, pelo fato da pesquisa ter sido realizada em área na qual existe pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2013). Conforme Rodrigues (2013), os estudos em relação a transparência ativa nas universidades públicas brasileiras ainda são incipientes.

Quanto aos seus meios, é uma pesquisa documental pelo fato da fonte dos dados serem as informações disponíveis nos sítios eletrônicos das universidades públicas pesquisadas.

A abordagem é quantitativa tendo em vista o fato de ter ocorrido uma análise utilizando métodos estatísticos das informações disponibilizadas nos *websites* das universidades, para a quantificação do nível de transparência ativa destas instituições.

3.2 UNIVERSO

O universo deste estudo corresponde as universidades públicas federais brasileiras, no total de 63, conforme dados de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A escolha deste universo foi realizada em razão da importância da educação pública para a sociedade, uma vez que o ensino é um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Assim, levantando informações sobre o nível de transparência ativa destas instituições, colabora-se para o aumento do controle social sobre a coisa pública.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados para compor o Índice de Transparência da Gestão Pública Universitária (ITGP-Univers), conforme quadro 1 abaixo, foi realizada por meio de pesquisa nos *websites* das universidades, da seguinte forma:

a) Via página de buscas na internet (www.google.com), no qual foi consultado o nome de cada universidade federal brasileira, obtendo assim acesso aos *websites* destas instituições;

b) após acesso ao portal eletrônico da instituição, o conteúdo foi buscado a partir do mapa do *website* da universidade;

c) nos casos em que o portal não continha mapa do *site*, a busca foi realizada a partir dos *links* existentes na página principal do próprio sítio;

d) as informações ainda não localizadas foram pesquisadas pelo serviço de busca do próprio *site*, caso tivessem esta opção.

Com base nos dados apresentados é possível elencar um perfil institucional das universidades para parelhar com os objetivos da pesquisa para se ter um entendimento do quanto niveladas estão as instituições.

Muito embora as informações não sejam claras, objetivas e diretas, há um pouco de dificuldades para se localizar com precisão o que se quer, o fato é que o intuito e foco das instituições públicas, ao fornecer os dados para o cidadão, contribui de maneira significativa para não somente a transparência ativa como também para solidificar a mesma dentro do processo de sociedade na qual se encontra e inserir os cidadãos dentro do escopo de sociedade democrática para a qual se almeja.

Quadro 01 - Informações Constantes do ITGP-Univers

CÓDIGO	CATEGORIA DA INFORMAÇÕES	OBJETIVOS DA DIVULGAÇÃO
C1	Institucional	Prover a sociedade informações institucionais e organizacionais, compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, relação de autoridades, agenda de autoridades, horários de atendimento e legislação da entidade.
C2	Ações e Programas	Prover a sociedade informações pertinentes aos programas, ações, projetos e atividades implementadas pela instituição.
C3	Participação Social	Prover a sociedade informações referentes à realização de audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de incentivo à participação popular.
C4	Auditorias	Prover a sociedade informações referentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomada de contas realizadas na entidade.
C5	Convênios e Transferências	Prover a sociedade informações sobre os repasses e transferências de recursos financeiros efetuados pela entidade.
C6	Receitas e Despesas	Prover a sociedade informações sobre a previsão e arrecadação de receita pública e execução orçamentária e financeira detalhada da entidade.

C7	Licitações e Contratos	Divulgar informações à sociedade referente as licitações e contratos realizados pela entidade.
C8	Servidores	Divulgar informações sobre concursos públicos de provimento de cargos e relação dos servidores públicos lotados ou em exercício na entidade.
C9	Informações Classificadas	Divulgar rol das informações classificadas em cada grau de sigilo e o rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses no âmbito da entidade.
C10	Serviço de Informação ao Cidadão – SIC	Prover a sociedade informações sobre o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato no âmbito da entidade.
C11	Perguntas Frequentes	Divulgar as perguntas frequentes sobre as atividades desempenhadas pela entidade ou sobre as ações no âmbito de sua competência.
C12	Dados Abertos	Divulgar o Plano de Dados Abertos (PDA) no âmbito da entidade.

Fonte: Guia de Transparência Ativa da Controladoria Geral da União

Para este estudo, também foi dividido o resultado do ITGP-Univers por Regiões do Brasil, com o objetivo de constatar a que é mais e menos transparente.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Para o tratamento dos dados, primeiramente, foi construído um Índice de Transparência da Gestão Pública Universitária (ITGP-Univers), tomando como base o Guia de Transparência Ativa (GTA) para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal elaborado em 2019 (6ª edição) pela Controladoria Geral da União (CGU), cujo finalidade é ajudar no correto cumprimento das obrigações previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI) e demais normas correlatas.

Abaixo, o Quadro 02 apresenta os itens considerados no ITGP-Univers.

Quadro 02 - Indicador de Nível de Transparência

1. INSTITUCIONAL			
Informação		Base Legal	Pontuação
1.1	Estrutura organizacional (Organograma)	• Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, I	2,5
1.2	Competências		2,5
1.3	Base jurídica da estrutura organizacional e das competências		2,5
1.4	Lista dos principais cargos e seus respectivos ocupantes		2,5

1.5	Telefones, endereços e e-mail de contato dos ocupantes dos principais cargos		2,5
1.6	Agenda de autoridades	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 12.813/2013, art. 11; • Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, I; • Manifestação nº 2/2015 do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC) 	2,5
1.7	Horários de atendimento		2,5
1.8	Currículos		2,5
2. PROGRAMAS E PROJETOS			
Informação		Base Legal	Pontuação
2.1	Programas, projetos e ações	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, II 	2,5
2.2	Unidade Responsável		2,5
2.3	Principais Metas		2,5
2.4	Indicadores		2,5
2.5	Resultados		2,5
2.6	Carta de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 9.094/2017 • Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, II 	2,5
2.7	Programas que resultem em renúncias de receitas	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, IV 	2,5
3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL			
Informação		Base Legal	Pontuação
3	Instâncias e mecanismos de participação social	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 12.527/2011, art. 9º, II • Decreto nº 8.243/2014, art. 5º 	2,5
4. AUDITORIAS			
Informação		Base Legal	Pontuação
4.1	Relatórios de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria da CGU nº 262/2005 • Instrução Normativa CGU nº 24/2015 	2,5
4.2	Relatórios e certificados de auditoria		2,5
4.3	Informações sobre os processos de auditorias anuais de contas		2,5
4.4	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)		2,5
5. CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS			
Informação		Base Legal	Pontuação
5	Informações referentes às transferências de recursos públicos realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação ou instrumentos congêneres.	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, III 	2,5
6. RECEITAS E DESPESAS			
Informação		Base Legal	Pontuação
6.1	Receitas	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, II 	2,5
6.2	Execução orçamentária		2,5
6.3	Execução Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 7.724/ 2012, art. 7º, § 3º, IV 	2,5
6.4	Diárias e Passagens		2,5
7. LICITAÇÕES E CONTRATOS			
Informação		Base Legal	Pontuação
7.1	Licitações	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, V 	2,5
7.2	Contratos		2,5

8. SERVIDORES		
Informação	Base Legal	Pontuação
8.1	Servidores	• Lei nº 13.408/2016, art. 133
8.2	Concursos Públicos	• Decreto nº 7.724/ 2012, art. 7º, § 3º,
8.3	Empregados terceirizados	VI • Portaria Interministerial nº 233/2012
9. INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS		
Informação	Base Legal	Pontuação
9.1	Rol das informações classificadas nos últimos doze meses.	2,5
9.2	Rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses.	• Decreto nº 7.724/2012, art. 45, I e II • Resolução CMRI nº 2/2016
9.3	Formulário para Pedido de desclassificação e recurso a pedido de desclassificação.	2,5
10. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO		
Informação	Base Legal	Pontuação
10.1	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	2,5
10.2	Formulário de solicitação de informação em meio físico (papel).	2,5
10.3	Banner para o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).	• Lei nº 12.527/2011, art. 30, III • Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, VIII e art. 45, III e IV
10.4	Relatórios estatísticos de atendimento à LAI	2,5
11. PERGUNTAS FREQUENTES		
Informação	Base Legal	Pontuação
11.1	Perguntas e respostas frequentes.	• Decreto nº 7.724/2012, art. 7º, § 3º, VII
12. DADOS ABERTOS		
Informação	Base Legal	Pontuação
12.1	Política de dados abertos	• Decreto nº 7.724/2012, art. 8º, III a VI
12.2	Relatórios em diversos formatos eletrônicos	e VIII • Decreto nº 8.777/2016

Fonte: Guia de Transparência Ativa da CGU

Com base no quadro acima pode-se constatar que foram observados 40 itens de informação. Para cada item, foi atribuído a pontuação de 2,5. Logo, para as informações encontradas no *website* pesquisado foi dado pontuação de 2,5; para as informações não encontradas, foi concedido pontuação zero. Assim, quanto mais requisitos foram observados pela entidade, maior foi o seu ITGP-Univers.

O ITGP-Univers foi constituído de doze grupos, conforme pode ser observado na Tabela 01 (pág. 39), no qual os pesos serão distribuídos segundo a quantidades de itens de cada grupo. O Quadro abaixo apresenta os pesos e as proporções de cada grupo de informação.

Tabela 01 - Peso e proporções de grupo de informações do ITGP-Univers

CÓDIGO	GRUPO DE INFORMAÇÕES	Nº DE ITENS	PESO P/ ITEM	PROPORÇÃO
C1	Institucional	8	2,5	20%
C2	Ações e Programas	7	2,5	17,5%
C3	Participação Social	1	2,5	2,5%
C4	Auditorias	4	2,5	10%
C5	Convênios e Transferências	1	2,5	2,5%
C6	Receitas e Despesas	4	2,5	10%
C7	Licitações e Contratos	2	2,5	5%
C8	Servidores	3	2,5	7,5%
C9	Informações Classificadas	3	2,5	7,5%
C10	Serviço de Informação ao Cidadão – SIC	4	2,5	10%
C11	Perguntas Frequentes	1	2,5	2,5%
C12	Dados Abertos	2	2,5	5%

Fonte: Elaboração própria

Assim, a equação, a seguir, apresenta o modelo de Índice de Transparência da Gestão Pública Universitária (ITGP-Univers):

$$\text{ITGP-Univers} = [\Sigma C1 + \Sigma C2 + \Sigma C3 + \dots + \Sigma C10 + \Sigma C11 + \Sigma C12]$$

Importante destacar que os critérios balizadores e norteadores do índice são fundamentais para que as universidades possam estar o mais alinhadas possíveis com a transparência ativa e, desta feita, com os anseios da sociedade em que se encontra e permitindo maior acesso à informação, controle financeiro e democratização dos recursos e do uso da sua estrutura.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO DOS ITENS DO ITGP-UNIVERS.

Conforme pode ser verificado no quadro 02 (pág. 26), o Índice de Transparência da Gestão Pública Universitária é constituído de 12 categorias. Este índice mostrou uma divulgação média de 69,05%, conforme tabela 03 (pág. 30), nas universidades federais

elencadas na tabela 02 abaixo. Sendo a participação social a categoria mais atendida pelas instituições universitárias aqui estudadas, chegando a 100% de divulgação. Em segundo, encontra-se Informações Classificadas com 85,19% e em terceiro lugar Licitações e Contratos obtendo 80,95%.

Em contrapartida, pode ser observado como categoria menos atendida, a Ações e Programas, cujo seu percentual não chegou nem a metade da primeira colocada, conseguindo apenas 41,50% de divulgação. Ou seja, nem 50% das universidades federais, em relação a esta última categoria, conseguiram atender ao que está previsto na LAI.

Em seguida, a tabela 02 apresenta, em percentual, o nível de divulgação por categoria.

Tabela 02 – Percentual de divulgação por categoria

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C1 - INSTITUCIONAL	MÉDIA EM % DE DIVULGAÇÃO POR CATEGORIA	MÉDIA EM % DE DIV. GERAL
C1	Institucional	75,99%	69,05%
C2	Programas e Projetos	41,50%	
C3	Participação Social	100,00%	
C4	Auditorias	72,22%	
C5	Convênios e Transferências	61,90%	
C6	Receitas e Despesas	65,08%	
C7	Licitações e Contratos	80,95%	
C8	Servidores	73,02%	
C9	Informações Classificadas	85,19%	
C10	Serviço de Informação ao Cidadão – SIC	71,83%	
C11	Perguntas Frequentes	80,95%	
C12	Dados Abertos	73,81%	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.1 – Institucional

Analisando a categoria Institucional constata-se que item base jurídica da estrutura organizacional e das competências, item estrutura organizacional e o item lista dos principais cargos e seus respectivos ocupantes, nesta ordem, são os mais divulgados, ou seja, pode-se chegar à conclusão que mais de 80% das universidades atendem a estes itens. Pode ser

observado que 53,97%, 60,32% e 69,84% das universidades disponibilizam as informações, respectivamente, sobre currículos, agenda de autoridade e horários de atendimento. Sendo estes itens considerados nesta categoria os menos divulgados.

Segue, abaixo, tabela com quantidade de universidades que divulgam as informações institucionais e seus respectivos percentuais.

Tabela 03 – Institucional

N.º DO ITEM DO ITGP-UNIVERS.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C1 - INSTITUCIONAL	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE UF QUE DISP. INFORMAÇÃO
1.1	Estrutura organizacional (Organograma)	58	92,06%
1.2	Competências	46	73,02%
1.3	Base jurídica da estrutura organizacional e das competências	61	96,83%
1.4	Lista dos principais cargos e seus respectivos ocupantes	54	85,71%
1.5	Telefones, endereços e e-mail de contato dos ocupantes dos principais cargos	48	76,19%
1.6	Agenda de autoridades	44	69,84%
1.7	Horários de atendimento	38	60,32%
1.8	Currículos	34	53,97%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.2 – Programas e Projetos

Com base nas informações levantadas, podemos observar que menos de 50% das universidades divulgam as informações da categoria Programas e Projetos, sendo esta considerada a menos atendida. Pois, em média, apenas 41,50% das instituições analisadas cumprem suas obrigações legais de divulgar, de forma clara, as informações elencadas nesta categoria.

Os itens carta de serviços e programas, projeto e ações, são os que mais podem ser encontrados nos sites. Sendo, respectivamente, 86% e 68% o percentual de universidades que disponibilizam estas informações. Contrapondo a situação exposta acima, a maioria das universidades têm dificuldade de disponibilizar os itens: unidade responsável, principais metas, indicadores e resultados, no qual pode ser observado, detalhadamente, na tabela 04 (pág. 32).

Tabela 04 – Programas e Projetos

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C2 - PROGRAMAS E PROJETOS	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
2.1	Programas, projetos e ações	43	68%
2.2	Unidade Responsável	13	21%
2.3	Principais Metas	14	22%
2.4	Indicadores	12	19%
2.5	Resultados	10	16%
2.6	Carta de Serviços	54	86%
2.7	Programas que resultem em renúncias de receitas	37	59%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.3 – Participação Social

As informações sobre Participação Social são atendidas por todas as 63 universidades deste estudo. Sendo a única categoria a conseguir 100% de disponibilidade de informação. Cabe aqui destacar que a divulgação de informações sobre as Ouvidorias destas instituições foi que ensejou este alto atendimento de obrigações legais.

Tabela 05 – Participação Social

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
3.0	Instâncias e mecanismos de participação social	63	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.4 – Auditorias

Nesta categoria pode ser observado que mais de 90% das universidades disponibilizam o Relatório de Gestão e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna. Sendo estes itens considerados relevantes para a transparência ativa das instituições públicas. Já as Informações sobre os processos de auditorias anuais de contas são apresentados por menos de 40% das UF, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 06 – Auditorias

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C4 -AUDITORIAS	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
4.1	Relatórios de gestão	57	90,48%
4.2	Relatórios e certificados de auditoria	42	66,67%
4.3	Informações sobre os processos de auditorias anuais de contas	25	39,68%
4.4	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)	58	92,06%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.5 – Convênios e Transferências

Com base neste estudo, pode ser observado que aproximadamente 60% das universidades apresentam informações sobre as transferências de recursos públicos ocorridas mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação. Ou seja, das 63 universidades estudadas, 39 delas disponibilizaram conteúdos em seus *sites* relativos a este item.

Tabela 07 – Convênios e Transferências

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C5 - CONVÊNIO E TRANSFERÊNCIAS	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
5.0	Informações referentes às transferências de recursos públicos realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação ou instrumentos congêneres.	39	61,90%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.6 – Receitas e Despesas

Informações de bastante relevância na transparência da coisa pública, as receitas e despesas dos recursos públicos forma divulgadas por mais de 65% das universidades. Sendo utilizados como forma de divulgação, em quase sua totalidade, o *link* para o portal da transparência do governo federal brasileiro. Neste portal são disponibilizados informações sobre a execução financeiras e orçamentária, bem como receitas e despesas com diárias e passagens realizadas pelas instituições governamentais.

Tabela 08 – Receitas e Despesas

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C6 - RECEITAS E DESPESAS	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
6.1	Receitas	44	69,84%
6.2	Execução orçamentária	41	65,08%
6.3	Execução Financeira	41	65,08%
6.4	Diárias e Passagens	38	60,32%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.7 – Licitações e Contratos

Esta categoria, em sua maioria, foi atendida com a disponibilização do *link* do Portal da Transparência, direcionado aos dados da instituição sobre contratos e licitações. Ficando ela entre as informações mais divulgadas, com média de 80,95% das universidades atendendo ao previsto legalmente. Segue abaixo tabela com dados sobre esta categoria.

Tabela 09 – Licitações e Contratos

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C7 - LICITAÇÕES E CONTRATOS	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
7.1	Licitações	54	85,71%
7.2	Contratos	48	76,19%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.8 – Servidores

Nesta categoria, pode ser observado que o item concurso público é o mais divulgado, conseguindo atingir 93,65%. Já o item menos divulgado é o que se refere aos empregados terceirizados, com 55,65%, conforme consta na tabela abaixo. Conseguindo assim a categoria uma média de 73,02%.

Tabela 10 – Servidores

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C8 - SERVIDORES	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
8.1	Servidores	44	69,84%
8.2	Concursos Públicos	59	93,65%
8.3	Empregados terceirizados	35	55,56%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.9 – Informações Classificadas

Com base nos dados levantados, a categoria Informações Classificadas obteve um alto índice de transparência, com 85,19% das universidades divulgando nos seus *sites* estas informações. É relevante destacar que em sua maioria os institutos deste estudo apenas informam que não constam informações classificadas ou a serem desclassificadas.

Tabela 11 – Informações Classificadas

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C9 - INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
9.1	Rol das informações classificadas nos últimos doze meses.	59	93,65%
9.2	Rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses.	58	92,06%
9.3	Formulário para Pedido de desclassificação e recurso a pedido de desclassificação.	44	69,84%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.10 – Serviço de Informação ao Cidadão

Analisando esta categoria, pode-se observar que o item Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é o mais divulgado, no qual 92,06% das universidades divulgam esta informação. Porém, mesmo sendo uma categoria na qual sua média de divulgação seja de 71,83%, o item relatórios estatísticos de atendimento à LAI encontra-se como uns dos menos atendido, no qual apenas 22 universidades deste estudo (34,92%) atentam para a divulgação deste item.

Tabela 12 – Serviço de Informação ao Cidadão

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C10 - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
10.1	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	58	92,06%
10.2	Formulário de solicitação de informação em meio físico (papel).	52	82,54%
10.3	Banner para o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).	49	77,78%
10.4	Relatórios estatísticos de atendimento à LAI	22	34,92%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.11 – Perguntas Frequentes

Em relação a divulgação nos sites das perguntas frequentes, constata-se que este item obteve uma boa transparência, no qual aproximadamente 80% das universidades atentam para a divulgação desta informação.

Tabela 13 – Perguntas Frequentes

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C11 - PERGUNTAS FREQUENTES	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
11.1	Perguntas e respostas frequentes.	51	80,95%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.1.12 – Dados Abertos

Com base neste estudo, pode-se constatar que a categoria de Dados Aberta, em média, é observada por 73,81% das universidades federais brasileiras. Tendo o item política de dados abertos, no qual é divulgado os Planos de Dados Abertos de cada instituição, um percentual de atendimento de 84,13%. Já o item Relatórios em diversos formatos eletrônicos tem seu percentual de divulgação de 63,49%.

Tabela 14 – Dados Abertos

N.º DO ITEM DO ITGP-Univers.	DESCRIÇÃO DO ITEM DE C12 - DADOS ABERTOS	QUANT. DE UF QUE DIVULGA A INFORMAÇÃO	% DE DIV. POR ITEM
12.1	Política de dados abertos	53	84,13%
12.2	Relatórios em diversos formatos eletrônicos	40	63,49%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

4.2 RANKING DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Com base nos resultados obtidos no ranking geral das Universidades, conforme pode ser observado no Quadro 03 (pág. 38), verificou-se que nenhuma das 63 universidades analisadas pode ser considerada totalmente transparente, haja vista não terem conseguido atingir a pontuação máxima permitida. Isso tendo por base os critérios estabelecidos no quadro 01 (pág. 25), onde os 12 critérios são preponderantes para determinar se a instituição é, ou está em processo de ser, transparente.

Constatou-se que aproximadamente 86% destas instituições de ensino ranqueadas atingiram 50% ou mais do total de pontos que poderiam obter. Podendo assim ser observado que, em sua maioria, estas universidades estão preocupadas em atender, de forma ativa, ao que está sendo previsto na LAI, disponibilizando na página inicial de seus *websites* - com a nomenclatura: Acesso à Informação – links nos quais constam as informações legalmente obrigatórias. Também disponibilizando suas informações de forma transparente não somente para os órgãos de controle e para atender o normativo legal, mas também para dar resposta a sociedade dos seus processos, recursos e trabalho desempenhado para o construto de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Quadro 03 - Ranking geral das Universidades

Classificação	Universidade	C1 - Institucional	C2 - Ações e Programas	C3 - Participação Social	C4 - Auditorias	C5 - Convênios e Transferências	C6 - Receitas e Despesas	C7 - Licitações e Contratos	C8 - Servidores	C9 - Inf. Classificadas	C10 - SIC	C11 - Perguntas Frequentes	C12 - Dados Abertos	Total Geral
1º	UFPB	20,0	17,5	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	7,5	5,0	7,5	2,5	5,0	95,0
1º	UFRR	20,0	15,0	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	7,5	2,5	5,0	95,0
1º	UFRPE	20,0	15,0	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	2,5	95,0
2º	UFLA	20,0	15,0	2,5	5,0	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	5,0	92,5
2º	UFABC	20,0	15,0	2,5	10,0	2,5	10,0	2,5	7,5	7,5	7,5	2,5	5,0	92,5
2º	UFRN	20,0	12,5	2,5	10,0	2,5	7,5	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	5,0	92,5
3º	UFJF	20,0	15,0	2,5	5,0	2,5	10,0	5,0	5,0	7,5	10,0	2,5	5,0	90,0
3º	UFERSA	20,0	10,0	2,5	7,5	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	5,0	90,0
4º	UFMT	17,5	12,5	2,5	5,0	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	5,0	87,5
4º	UFMS	20,0	10,0	2,5	7,5	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	7,5	2,5	5,0	87,5
4º	UFOB	12,5	17,5	2,5	7,5	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	7,5	2,5	5,0	87,5
4º	UFTM	17,5	15,0	2,5	5,0	0,0	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	5,0	87,5
5º	UFPE	20,0	7,5	2,5	7,5	2,5	10,0	5,0	7,5	5,0	10,0	2,5	5,0	85,0
5º	UFSM	20,0	5,0	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	5,0	7,5	10,0	2,5	5,0	85,0
5º	UNIRIO	17,5	7,5	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	2,5	85,0
6º	UFV	17,5	12,5	2,5	7,5	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	2,5	2,5	5,0	82,5
7º	UnB	20,0	7,5	2,5	5,0	2,5	7,5	5,0	7,5	7,5	7,5	2,5	5,0	80,0
7º	UFCA	17,5	10,0	2,5	10,0	0,0	7,5	5,0	5,0	7,5	7,5	2,5	5,0	80,0
7º	UFES	12,5	7,5	2,5	10,0	2,5	7,5	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	5,0	80,0
7º	UFRJ	17,5	7,5	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	5,0	7,5	7,5	2,5	2,5	80,0
7º	UFSB	17,5	7,5	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	7,5	2,5	0,0	80,0
7º	UNIFESSPA	17,5	15,0	2,5	10,0	2,5	7,5	5,0	5,0	5,0	2,5	2,5	5,0	80,0
7º	UFRA	20,0	7,5	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	7,5	5,0	7,5	2,5	0,0	80,0
7º	UTFPR	12,5	7,5	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	0,0	5,0	80,0
8º	UFGD	17,5	5,0	2,5	5,0	0,0	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	2,5	5,0	77,5
8º	UFF	20,0	7,5	2,5	5,0	2,5	10,0	5,0	5,0	7,5	7,5	0,0	5,0	77,5
9º	UNILA	15,0	5,0	2,5	5,0	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	10,0	0,0	5,0	75,0
9º	UFS	20,0	5,0	2,5	7,5	0,0	10,0	5,0	7,5	7,5	5,0	2,5	2,5	75,0
9º	UNIPAMPA	15,0	5,0	2,5	7,5	2,5	10,0	5,0	7,5	7,5	7,5	2,5	2,5	75,0
10º	UFG	17,5	2,5	2,5	7,5	2,5	5,0	5,0	5,0	7,5	10,0	2,5	5,0	72,5
10º	UNIFEI	20,0	7,5	2,5	10,0	0,0	0,0	5,0	5,0	7,5	7,5	2,5	5,0	72,5
10º	UFSCar	20,0	5,0	2,5	7,5	0,0	5,0	5,0	5,0	7,5	10,0	2,5	2,5	72,5

10º	UFAM	12,5	2,5	2,5	10,0	0,0	10,0	5,0	7,5	7,5	7,5	2,5	5,0	72,5
10º	UFRB	17,5	5,0	2,5	7,5	2,5	10,0	2,5	5,0	7,5	5,0	2,5	5,0	72,5
11º	UNILAB	10,0	2,5	2,5	10,0	2,5	10,0	5,0	5,0	7,5	7,5	2,5	5,0	70,0
11º	UFPR	12,5	7,5	2,5	7,5	2,5	7,5	5,0	2,5	7,5	7,5	2,5	5,0	70,0
12º	UFAC	7,5	12,5	2,5	7,5	2,5	5,0	5,0	7,5	5,0	7,5	2,5	2,5	67,5
12º	UFOPA	20,0	7,5	2,5	7,5	0,0	10,0	2,5	2,5	5,0	5,0	2,5	2,5	67,5
13º	UFFS	15,0	5,0	2,5	7,5	0,0	10,0	2,5	7,5	5,0	5,0	2,5	2,5	65,0
13º	UFMG	15,0	5,0	2,5	5,0	2,5	7,5	2,5	5,0	7,5	10,0	0,0	2,5	65,0
13º	UFC	17,5	7,5	2,5	5,0	0,0	5,0	2,5	2,5	7,5	7,5	2,5	5,0	65,0
13º	UFPI	15,0	2,5	2,5	5,0	2,5	7,5	5,0	7,5	7,5	7,5	0,0	2,5	65,0
13º	FURG	10,0	5,0	2,5	5,0	2,5	7,5	5,0	7,5	7,5	7,5	2,5	2,5	65,0
14º	UNIFAL	15,0	5,0	2,5	7,5	2,5	0,0	5,0	2,5	7,5	7,5	2,5	5,0	62,5
15º	UFCSPA	15,0	10,0	2,5	7,5	0,0	0,0	2,5	2,5	7,5	5,0	2,5	5,0	60,0
15º	UNIR	17,5	5,0	2,5	7,5	0,0	10,0	5,0	7,5	0,0	5,0	0,0	0,0	60,0
15º	UNIFESP	20,0	7,5	2,5	2,5	0,0	0,0	2,5	5,0	7,5	7,5	2,5	2,5	60,0
15º	UNIVASF	12,5	7,5	2,5	7,5	0,0	0,0	2,5	7,5	7,5	7,5	0,0	5,0	60,0
15º	UFRRJ	12,5	7,5	2,5	10,0	0,0	0,0	0,0	5,0	7,5	10,0	2,5	2,5	60,0
16º	UFAL	5,0	7,5	2,5	10,0	2,5	2,5	5,0	2,5	7,5	7,5	2,5	2,5	57,5
17º	UFPA	17,5	10,0	2,5	2,5	0,0	0,0	5,0	5,0	5,0	5,0	0,0	0,0	52,5
17º	UFVJM	10,0	2,5	2,5	7,5	2,5	7,5	0,0	5,0	5,0	2,5	2,5	5,0	52,5
18º	UFOP	15,0	2,5	2,5	5,0	2,5	0,0	0,0	2,5	5,0	7,5	2,5	5,0	50,0
18º	UFSJ	12,5	0,0	2,5	7,5	0,0	2,5	0,0	2,5	7,5	7,5	2,5	5,0	50,0
19º	UFRGS	7,5	2,5	2,5	7,5	0,0	0,0	0,0	2,5	7,5	10,0	2,5	5,0	47,5
20º	UFBA	12,5	0,0	2,5	2,5	0,0	0,0	5,0	2,5	5,0	7,5	2,5	0,0	40,0
20º	UFPEL	2,5	2,5	2,5	7,5	0,0	5,0	5,0	2,5	5,0	0,0	2,5	5,0	40,0
20º	UFU	12,5	2,5	2,5	2,5	2,5	0,0	5,0	0,0	2,5	5,0	0,0	5,0	40,0
20º	UFT	10,0	2,5	2,5	5,0	0,0	0,0	2,5	2,5	5,0	5,0	2,5	2,5	40,0
21º	UFSC	10,0	5,0	2,5	7,5	0,0	2,5	2,5	2,5	0,0	2,5	2,5	0,0	37,5
22º	UFCG	7,5	0,0	2,5	2,5	2,5	2,5	5,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27,5
23º	UNIFAP	5,0	0,0	2,5	5,0	0,0	0,0	2,5	2,5	0,0	2,5	0,0	0,0	20,0
23º	UFMA	2,5	0,0	2,5	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	2,5	0,0	2,5	20,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

Também pôde ser verificado que, de um máximo de 100 pontos, a maior nota alcançada foi de 95 pontos, obtidas pelas Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Roraima e Universidade Federal Rural de Pernambuco. Em contrapartida, a menor nota foi de 20 pontos obtidos pela Universidade Federal do Amapá e pela Universidade Federal do Maranhão.

Ressalta-se que os percentuais elencados são baseados nas próprias informações fornecidas pelas instituições e tem por escopo o quadro 01 (pág. 25) com os 12 itens de critério para determinar o quão próximo da transparência ativa está a universidade ou o quão

mais distante. Ademais, algumas informações podem não estar dispostas nos canais oficiais e, desta feita, não permitiu que a instituição fosse melhor ranqueada.

4.3 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES

Tendo por base os dados informacionais em mãos, foi possível descreve-los de forma estatística na tabela 15 abaixo. Para este dado de informação, consideramos as três melhores universidade e as duas piores, conforme os dados apresentados no Quadro 03 (pág.3).

Tabela 15 - Estatística descritiva dos dados coletados

Categorias	Máximo Possível	Máximo Notado					Mínimo	Média	Desvio Padrão
		UFPB	UFRR	UFRPE	UNIFAP	UFMA			
C1 - Institucional	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	5,0	2,5	15,2	4,8
C2 - Ações e Programas	17,5	17,5	15,0	15,0	15,0	0,0	0,0	7,3	4,6
C3 - Participação Social	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	0,0
C4 - Auditorias	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	5,0	5,0	7,2	2,3
C5 - Convênios e Transferências	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	0,0	0,0	1,5	1,2
C6 - Receitas e Despesas	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0	0,0	6,5	4,1
C7 - Licitações e Contratos	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	2,5	0,0	4,0	1,6
C8 - Servidores	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	2,5	0,0	5,5	2,2
C9 - Informações Classificadas	7,5	5,0	7,5	7,5	7,5	0,0	5,0	6,4	2,0
C10 - Serviço de Informação ao Cidadão – SIC	10,0	7,5	7,5	10,0	10,0	2,5	2,5	7,2	2,6
C11 - Perguntas Frequentes	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	0,0	0,0	2,0	1,0
C12 - Dados Abertos	5,0	5,0	5,0	2,5	2,5	0,0	2,5	3,7	1,8
Geral (ITGP-Univers)	100,0	95,0	95,0	95,0	95,0	20,0	20,0	69,0	18,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

Estas universidades, as que obtiveram maior percentual, e obtiveram menor percentual, tem em comum pontos que são interessantes de serem descritos pelo fato de que estes são aspectos que contribuíram para a maior nota e também para a menor, como é o caso do item de auditoria, no qual, as três melhores atingiram índice máximo neste quesito e as duas piores, atingiram índice menor.

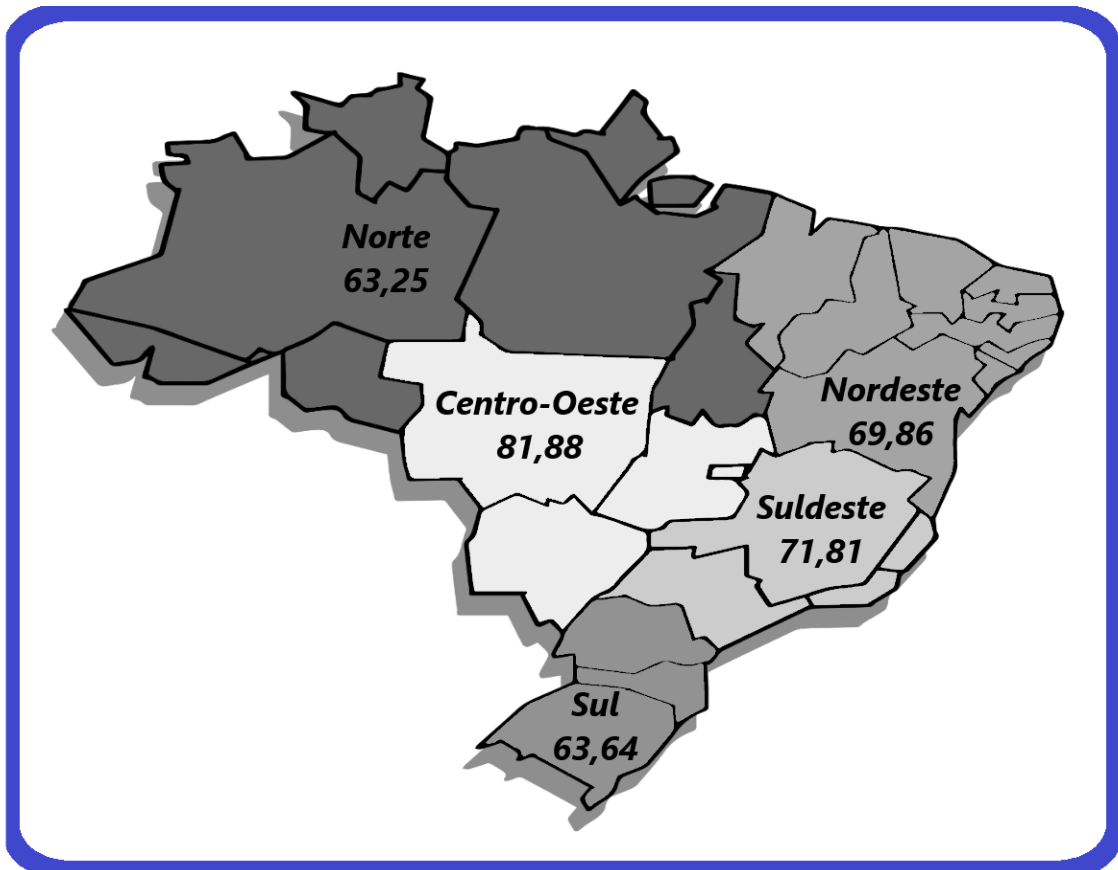
Nos itens C2, C5, C6 e C11, também ocorreu semelhança entre os percentuais alcançados com as melhores instituições e as piores, pois estes pontos são muito determinantes para a transparência ativa destas universidades, de tal modo que tratam de

aspectos como: Ações e Programas, Convênios, Receitas e Despesas e Perguntas Frequentes. Dados que são de suma importância para a transparência junto a sociedade e também para o alinhamento com o normativo vigente e órgãos de controle.

4.4 TRANSPARÊNCIA ATIVA POR REGIÃO

A pesquisa, de posse dos dados apresentados, como já dito e ratificado pelas próprias universidades, ilustrou um mapa, conforme figura 01 abaixo, para se ter uma ideia mais clara sobre o quanto a transparência ativa está mais, ou menos, presente por regiões do nosso país.

Figura 01 - Mapa de Transparência Média por Regiões



Fonte: elaboração própria, 2022.

Com base na figura 01 acima ilustra, a região com maior índice de transparência ativa é o Centro-Oeste que alcançou 81,88 pontos conforme os itens e critérios estabelecidos e anteriormente mostrados. A região Norte obteve o menor índice com 63,25.

Como forma de melhor observar a transparência ativa, com base nos dados levantados neste estudo, foi realizado também o *ranking* das universidades federais por regiões do Brasil, conforme pode ser observado nos quadros abaixo.

Quadro 04 – Ranking da Região Norte

1. NORTE	Universidade	ITGP - Univers	% -ITGP	Ranking	Média ITGP
	Universidade Federal de Roraima	95	95,0%	1°	63,25
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	80	80,0%	2°	
	Universidade Federal Rural da Amazônia	80	80,0%	2°	
	Universidade Federal do Amazonas	72,5	72,5%	3°	
	Universidade Federal do Acre	67,5	67,5%	4°	
	Universidade Federal do Oeste do Pará	67,5	67,5%	4°	
	Universidade Federal de Rondônia	60	60,0%	5°	
	Universidade Federal do Pará	52,5	52,5%	6°	
	Universidade Federal do Tocantins	40	40,0%	7°	
Universidade Federal do Amapá	17,5	17,5%	8°		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

Quadro 05 - Ranking da Região Nordeste

2. NORDESTE	Universidade	ITGP - Univers	% -ITGP	Ranking	Média ITGP
	Universidade Federal da Paraíba	95	95,0%	1°	69,86
	Universidade Federal Rural de Pernambuco	95	95,0%	1°	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	92,5	92,5%	2°	
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	90	90,0%	3°	
	Universidade Federal do Oeste da Bahia	87,5	87,5%	4°	
	Universidade Federal de Pernambuco	85	85,0%	5°	
	Universidade Federal do Cariri	80	80,0%	6°	
	Universidade Federal do Sul da Bahia	80	80,0%	6°	
	Universidade Federal de Sergipe	75	75,0%	7°	
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	72,5	72,5%	8°	
	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	70	70,0%	9°	
	Universidade Federal do Ceará	65	65,0%	10°	
	Universidade Federal do Piauí	65	65,0%	10°	
	Universidade Federal do Vale do São Francisco	60	60,0%	11°	
	Universidade Federal de Alagoas	57,5	57,5%	12°	
Universidade Federal da Bahia	40	40,0%	13°		
Universidade Federal de Campina Grande	27,5	27,5%	14°		

Universidade Federal do Maranhão	20	20,0%	15°	
----------------------------------	----	-------	-----	--

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

Quadro 06 - Ranking da Região Sudeste

3. SUDESTE	Universidade	ITGP- Univers	% -ITGP	Ranking	Média ITGP
	Universidade Federal de Lavras	92,5	92,5%	1°	71,18
Universidade Federal do ABC	92,5	92,5%	1°		
Universidade Federal de Juiz de Fora	90	90,0%	2°		
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	87,5	87,5%	3°		
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	85	85,0%	4°		
Universidade Federal de Viçosa	82,5	82,5%	5°		
Universidade Federal do Espírito Santo	80	80,0%	6°		
Universidade Federal do Rio de Janeiro	80	80,0%	6°		
Universidade Federal Fluminense	77,5	77,5%	7°		
Universidade Federal de Itajubá	72,5	72,5%	8°		
Universidade Federal de São Carlos	72,5	72,5%	8°		
Universidade Federal de Minas Gerais	65	65,0%	9°		
Universidade Federal de Alfenas	62,5	62,5%	10°		
Universidade Federal de São Paulo	60	60,0%	11°		
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	60	60,0%	11°		
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	52,5	52,5%	12°		
Universidade Federal de Ouro Preto	50	50,0%	13°		
Universidade Federal de São João del-Rei	50	50,0%	13°		
Universidade Federal de Uberlândia	40	40,0%	14°		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022.

Quadro 07 - Ranking da Região Sul

4. SUL	Universidade	ITGP- Univers	% -ITGP	Ranking	Média ITGP
	Universidade Federal de Santa Maria	85	85,0%	1°	63,64
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	80	80,0%	2°		
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	75	75,0%	3°		
Universidade Federal do Pampa	75	75,0%	3°		
Universidade Federal do Paraná	70	70,0%	4°		
Universidade Federal da Fronteira Sul	65	65,0%	5°		
Universidade Federal do Rio Grande	65	65,0%	5°		
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	60	60,0%	6°		

	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	47,5	47,5%	7°	
	Universidade Federal de Pelotas	40	40,0%	8°	
	Universidade Federal de Santa Catarina	37,5	37,5%	9°	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022

Quadro 08 - Ranking da Região Centro-Oeste

5. CENTRO-OESTE	Universidade	ITGP- Univers	% -ITGP	Ranking	Média ITGP
		Universidade Federal de Mato Grosso	87,5	87,5%	1°
	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	87,5	87,5%	1°	
	Universidade de Brasília	80	80,0%	2°	
	Universidade Federal de Goiás	72,5	72,5%	3°	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2022

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato notório a necessidade de as universidades, de um modo geral, absorverem e empregarem a transparência ativa, em sua constante busca por atingir seus objetivos ao tempo que respondem a sociedade e também aos órgãos de controle e atendem ao normativo vigente. Este fato não mais parte de um ideal, mas passou a ser dever.

Com a inserção do princípio da eficiência na Carta Magna, a partir de uma inovação da Emenda Constitucional nº19/98, surgiu a necessidade de que a Administração Pública agisse em busca de resultados compatíveis com os recursos despendidos, de forma a produzir benefícios para os administrados e sociedade. Vem neste arcabouço a transparência ativa como sendo um instrumento de baliza para que a sociedade possa ter uma visão clara da atuação e papel que as universidades tem para a sociedade e o país como um todo.

Assim, para a Administração Pública, e para as universidades, a transparência ativa deve deixar de ser um ideal, pelo ordenamento jurídico, órgãos de controle, devendo ser obrigação legal. Daí resulta que deverá, portanto, a administração perseguir a melhor realização possível da gestão dos interesses públicos, em termos de plena satisfação dos administrados com os menores custos para a sociedade.

Ou melhor, é imperativo para a Administração Pública a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma transparente, imparcial, participativa, neutra, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade.

Como sugestão de pesquisas futuros sobre a transparência ativa das instituições públicas brasileiras, pode ser utilizado como objeto de novos estudos a relação entre nível de transparência ativa e as seguintes variáveis: valor do orçamento da instituição, região, quantidade de matrículas de alunos, quantidade de docentes, quantidade de funcionários técnico-administrativos e quantidade de anos desde a fundação da universidade. Podendo assim ser realizado uma análise sobre a possível influência destas variáveis elencadas acima no ITGP-Univers.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. H. M. *et al.* Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a *accountability* e a relação Estado-sociedade. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, 7., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, p. 26-39, 2007. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos72007/660.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

ANDRADE, R. G.; RAUP, F. M.; PINHO, J. A. G. Em Busca da Transparência Ativa em Câmaras: Uma Investigação nos Maiores Municípios Brasileiros, **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v.10, n. 1, p. 03-20, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2017100101>, Disponível em: <http://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/253/173>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BAIRRAL, M. A. C.; Silva, A. H. C.; Alves, F. J. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 642-675, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612125158>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/49087/47824>. Acesso em: 10 set. 2020.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993. p. 442.

_____. **Curso de direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

BIANCHI, M.; MACHADO, S. R.; MACHADO, V. N. Grau de Transparência Pública nas Empresas Estatais do Sul do Brasil, **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 51, p. 129-146, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.51.129-146>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9013/6309>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CAMPUS, A. M. Accountability: quando podemos traduzi-la para o português?

Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 30-50, 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>. Acesso em: 50 jun. 2020.

CRUZ, C. F. *et al.* Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros, **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p.153-76, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a08.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

Ferreira, F. B. *et al.* **Monitoramento da Lei de Acesso à informação pública em 2013**. São Paulo: Moaa Estúdio, 2014. p. 97. Disponível em <https://artigo19.org/wp-content/uploads/2014/05/Relat%c3%b3rio-Monitoramento-LAI-2013.pdf>. Acesso do em 22 ago. 2020.

GALERA, A. N. *et al.* Transparency of sustainability information in local governments: English-speaking and Nordic cross-country analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 64, p. 495-504, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S095965261300499X?via%3Dihub>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras, **TransInformação**, Campinas, v. 28, n.1, p. 47-57, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892016002800004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862016000100047&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 10 jun. 2020.

GUIMARÃES, T. D. A.; MEDEIROS, P. H. R. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n.4, p.1-18, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512005000400004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512005000400004&script=sci_arttext. Acesso em: 10 set. 2020.

KLEIN, C. R. **Transparência da Gestão Pública das Autarquias Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação – MEC**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestre em

Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública, Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32187>. Acesso em 10 ago. 2020.

Klering, L. R.; PORSE, M. C. S.; GUADAGNIN, A. Novos caminhos da administração pública brasileira, **Análise: a Revista Acadêmica da FACE**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 4-17, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Melody_Porsse/publication/277097960_Novos_Caminhos_da_Administracao_Publica_Brasileira/links/594bd6f5458515e703489126/Novos-Caminhos-da-Administracao-Publica-Brasileira.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MONTEIRO, A. **Aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa constantes da Lei de Acesso à Informação por Universidades Federais do Brasil**. 2014. 76f. Dissertação (Mestrado em Profissional em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12440/Vers%c3%a3o%20FINAL_Alessandra%20Monteiro_MAP2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jun. 2020.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 44, p. 27-52, 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

OLIVEIRA, A. B.; FLÔRES, F. D.; PINTO, N. G. M. Transparência e *Accountability*: uma Análise das Universidades Federais do Rio Grande do Sul à Luz dos Princípios de Governança da Administração Pública Federal, **Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade**, Campina Grande v. 10, n. 2, p. 12-22, 2020. DOI 10.18696/reunir.v10i2.787. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/787/558>. Acesso em: 10 set. 2020.

PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902005000100005>. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000100005.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

PINHO, J. A. G. D.; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.43, n.6, p. 1332-1368, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Raup, F. M.; Pinho, J. A. G. *Accountability* em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. **Revista de administração**, São Paulo, v.48, n.4, p.770-782, 2013. DOI: 10.5700/rausp1120. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n4/11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 423-438, 2013. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v9i2.616>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3474>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SELL, F. F. *et al.* *Accountability*: uma observação sobre o nível de transparência de municípios, **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, V.10, n.4, p. 248-259, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i4.1972>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5676/pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SILVA, J. S. *et al.* Problematizando impactos da lei de acesso à informação: medições públicas e uso cidadão, **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 9, n. 1, p. 153-166, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14201/rlop.22689>. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1852-9003/article/view/rlop.22689/22224>. Acesso em: 10 set. 2020.

SILVA, L.M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 366 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 94 p.

VIEIRA, K. M.; PEGORARO, D.; VISENTINI, M. S. Percepção de Transparência Ativa e Passiva nas Instituições de Ensino: proposição e validação de um questionário, **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 14, n. 1, art. 3, p. 34-55, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v14i1.2375>. Disponível em: <http://www.repec.org.br/repec/article/download/2375/1581>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G, M. Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de governança, **Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, n.61, p. 1-18, 2015. DOI: 10.5195/biblios.2015.253. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/253/240>. Acesso em: 13 jul. 2020.